

**As Racionalidades Segundo os Teóricos do (Pós)Modernismo Para a Análise das
Empresas Familiares¹**

Denize Grzybovski²
Anelise Rebelato Mozzato³

Resumo:

As fundamentações ontológicas e epistemológicas do modernismo e pós-modernismo possibilitam analisar as organizações por outros métodos que não os legitimados e consolidados. No caso das empresas familiares, é importante revisar as noções dadas à racionalização pelas duas correntes de pensamento para identificar categorias analíticas específicas de análise. O problema é como tratar esse objeto de pesquisa. Quais categorias utilizar para analisar a gestão das empresas familiares? Na tentativa de responder essas questões, neste ensaio teórico, inicialmente, verificam-se as noções de racionalidade no contexto da modernidade para, num segundo momento, compreendê-la como propõem os teóricos pós-modernistas. A abordagem e a interpretação da racionalidade pelas duas propostas teóricas indica que, para atingir um nível de desenvolvimento epistemológico satisfatório à complexidade do mundo contemporâneo, a noção de racionalidade a ser utilizada na análise de empresas familiares deveria considerar novas dimensões. Sugiro construir o objeto de estudo com base num quadro teórico que contém um conjunto de elementos presentes no projeto da modernidade, sob a perspectiva weberiana e habermasiana. Assim, o quadro analítico estaria incorporando um segundo conjunto de elementos presentes no projeto da pós-modernidade, entre os quais destaca-se a articulação das palavras utilizadas numa ordem escrita para orientar uma decisão gerencial, o contexto subliminar à ação ou evento no momento da sua ocorrência, a posição social do tomador da decisão não membro da família empresária em relação à co-presença de um membro, as relações de forças entre as posições sociais na família e na empresa, os elementos do inconsciente observados no comportamento dos herdeiros do patrimônio em relação aos agregados da família e ao mercado. Mediante um trabalho de construção desta natureza, constroem-se categorias de análise que consideram a um só tempo as dimensões sociais e técnicas e que constituem todas as racionalidades presentes nas empresas familiares.

Palavras chave: Análise Organizacional. Racionalidades. Empresa Familiar.

INTRODUÇÃO

¹ A simples definição do título deste artigo já impõem uma lógica epistemológica. Dever-se-ia utilizar “racionalidade” ou “racionalidades”? Esse conflito foi trazido à discussão científica por Kuçuradi (2004), ao observar que ele se dá dentro da estrutura do debate modernismo e pós-modernismo. A sua opção é por “racionalidades”, na perspectiva pós-moderna, uma vez que, assim como há muitas visões de mundo, constituídas de diferentes culturas, também há diferentes tipos de conhecimentos e de diferentes proposições teóricas usadas como premissas para desenvolver o raciocínio (dedução), ou seja, diferentes racionalidades. Cabe aos filósofos, portanto, examinar os conceitos e concepções que delineiam os problemas globais com que nos defrontamos no contexto atual, como é o caso com o debate “racionalidade” e “racionalidades”, pois a perda do objeto do conhecimento na epistemologia representa falta de conhecimento filosófico.

² Unijuí

³ Unijuí

O processo de racionalização do mundo se encontra, hoje, entre o redimensionamento dos propósitos modernistas (projeto de modernidade) e a tentativa de instituir em definitivo a sua superação (projeto de pós-modernidade). Nesse campo de disputas teóricas, o que mais se observa são revisões de conceitos e de noções objetivando orientar um pensamento que coadune as ações racionais com as ações sociais num “mundo desencantado” e que tornou-se complexo pelo avanço das tecnologias. Em termos do Iluminismo, um mundo onde o homem poderia chegar à maioria pelo uso da razão.

No projeto de modernidade, os confrontos teóricos que se estabelecem promovem críticas àquilo que estava consolidado como verdade e propõe reflexão à sociedade. O mais importante disso é o espaço que está sendo construído para a reflexividade dos contextos históricos e sociais, no qual o homem (e suas ações) é elemento central. Na literatura de gestão isso implica em rever, no nível ontológico e epistemológico, os elementos utilizados na análise organizacional. A origem do debate está na crise da modernidade, que não é negada nem mesmo pelos modernistas. É ela que impõe revisão das explicações da sociedade atual e exige construção de novas perspectivas explicativas muito além das cosméticas, por não estarem gerando mudanças profundas devido a fragilidade conceitual.

As estratégias de desenvolvimento dentro dos padrões da modernidade, no qual se observa progresso crescente da racionalização do mundo da vida (HABERMAS, 2001), se mostram esgotadas e fazem surgir uma nova perspectiva filosófica que propõem romper com essa vertente, o pós-modernismo. A sua função é explicitar as patologias da modernidade do ponto de vista da realização deformada da razão na história, buscar a emancipação da sociedade, questionar o papel das ciências na atualidade e, pelo pensamento crítico, perseguir o “humanismo” na sociedade atual.

As fundamentações ontológicas e epistemológicas dessas duas correntes (modernismo e pós-modernismo) possibilitam analisar as organizações por outros métodos que não os legitimados e consolidados. No caso das empresas familiares, é importante revisar as noções dadas à racionalização pelas duas correntes de pensamento para identificar categorias analíticas específicas de análise. As empresas familiares são um tipo peculiar de organização empresarial, pois envolvem o sistema família – e suas próprias dinâmicas sociais, culturais, históricas – no sistema empresa – com orientação funcionalista e forte inclinação positivista. Ambos os sistemas se encontram frente à crise da racionalidade técnica impressa pelo avanço do capitalismo ao mesmo tempo em que observam significativas alterações estruturais no modelo de família dominante, o da família nuclear. O contexto e espaço sociais onde se dão as relações mesclam a razão instrumental com as emoções e superstições do mundo da vida e, assim, vai dando lugar a muitas outras formas ou modelos de família (FONSECA, 2002; CAVEDON; FERRAZ, 2003) no espaço empresarial. Eis um problema para os estudos organizacionais: como tratar esse objeto de pesquisa? Quais categorias analíticas utilizar para analisar a gestão das empresas familiares?

Na tentativa de responder essas questões, no presente ensaio teórico, inicialmente, verificam-se as noções de racionalidade no contexto da modernidade para, num segundo momento, compreendê-la como propõem os teóricos pós-modernistas. A abordagem e a interpretação da racionalidade pelas duas propostas teóricas podem indicar importantes elementos para orientar as pesquisas brasileiras sobre a gestão em organizações familiares.

A RACIONALIDADE NO PROJETO DA MODERNIDADE

Entender o sentido da palavra racionalidade é fundamental para compreender a dinâmica e a lógica presentes na gestão de empresas familiares. Na busca do aprofundamento teórico, inicialmente, é preciso reconhecer que a compreensão sociológica da realidade e do

conhecimento não é a mesma do homem da rua e do filósofo, o que justifica a relatividade social da questão: o que é real, lógico e racional para uma pessoa pode não sê-lo para outra, do mesmo modo acontecendo com o conhecimento. Daí se infere que dados específicos da realidade e do conhecimento se referem a contextos sociais também específicos, tornando o conhecimento limitado e imperfeito, obrigando o pesquisador a dirigir-se a uma “razão aberta” e não mais “fechada” nos princípios da lógica clássica; é um saber de como lidar com a certeza e incerteza, separação e inseparabilidade (MORIN, 1999).

Da mesma forma, os objetos utilizados para o julgamento de valor científico também precisam ser revistos, até mesmo porque o pensar por si só já é autoreflexivo (ARENDDT, 2004). Segundo a exposição de Kuçuradi (2004), é necessário que o pesquisador tenha clareza dos conhecimentos filosófico-conceituais que serão utilizados nos estudos empíricos para transacionar adequadamente com os problemas do nosso tempo. “Necessitamos um conhecimento filosófico novo. Necessitamos de uma epistemologia além do positivismo e pós-modernismo” (p. 16), que distingue, não entre ciência e metafísica, mas entre conhecimento e os outros produtos da mente humana.

No contexto da modernidade, a problemática da racionalização se inicia com as concepções dadas por Max Weber à ação social ao elaborar os conceitos sociológicos fundamentais para estudar a sociedade. A “ação social determinada de modo racional referente a fins” consolidou comportamentos “racionais” (racionalidade instrumental) por todo século XX e tornou-se coextensivo da própria realidade social.

Esse pensamento se desenvolveu sob a noção da realidade como sistema sob a influência de Hegel, para quem a sociedade deveria ser estruturada em conformidade com preceitos estritamente racionais. Afinal, “a estrutura última da realidade é racional” (p. 9) e, em si mesma, a realidade seria sistemática, um sistema “composto de partes racionais, racionalmente relacionadas e coincidindo com os limites da própria realidade” (HEGEL, citado por BORNHEIM, 1994, p. 10).

Na sua obra “Economia e Sociedade” (WEBER, 1991), Max Weber descreve detalhadamente os conceitos que utilizou para compreender interpretativamente a ação social, “uma ação que se refere ao comportamento de outros” no sentido visado pelo(s) agente(s). Para ele, toda “interpretação” pretende “evidência”, que poderá ser de caráter racional ou intuitivamente compreensivo. Assim infere que, é racionalmente evidente o que se compreende intelectualmente, e racionalmente compreensíveis as conexões de sentido que se encontram na relação de proposições matemáticas entre si. A lógica presente no seu raciocínio é de uma capacidade humana (uma atividade formal de conectar dadas premissas, de acordo com pretensos princípios ou leis da razão).

O desenvolvimento desses conceitos fez de Max Weber um ícone em torno do pensamento racional no campo econômico-empresarial e a noção de ação econômica orientada pela existência de uma ordem, passou a ser reconhecida como legítima por toda a sociedade. A probabilidade da ocorrência de fato de uma “ordem legítima”, afirma Weber (1991), está na vigência de uma ordem em questão e na medida em que esteja relacionada a cuidados de satisfazer os desejos em obter certas utilidades. A “vigência de uma ordem”, portanto, é algo mais do que uma mera regularidade que, na visão weberiana, estaria condicionada pelo costume ou pela situação de interesses, no decorrer de uma ação social.

Apesar de Max Weber ter considerado na sua análise os costumes e as situações de interesse individuais e coletivas que envolvem as ações sociais, pelo progresso tecnológico e desenvolvimento do capitalismo, a “ordem” se consolidou como “uma regularidade”, como se a sociedade tivesse deixado de questionar as suas próprias ações, atuando passivamente diante dos fatos sociais.⁴ A visão hegeliana de sistemas, e, portanto, de regularidades, também está

⁴ Ver importantes críticas às Teorias do Desenvolvimento amparadas nos pressupostos da modernidade em Brito e Ribeiro (2003). Nesse artigo, eles discutem as teorias do desenvolvimento que cercam a modernidade, e

presente nos pressupostos weberianos. Regularidade, ordem, sistemas foram elementos importantes para a construção de críticas ao funcionalismo estrutural e, também, para a supremacia e a hegemonia intelectual do positivismo na teoria organizacional por quase um século.

Críticas ao funcionalismo estrutural e à razão instrumental: a origem de um novo pensar

A década de 1970 aparece na literatura gerencial como sendo um marco para a reflexão crítica dos pressupostos orientadores da análise organizacional sob a influência da racionalidade weberiana. Hassard (1995) aponta a ocorrência de uma revolução paradigmática entre 1960 e 1970, que encontra expressão na teoria organizacional durante o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, propondo novos esquemas de análise social. Ao mesmo tempo, ele observa insegurança dos pesquisadores e rejeição à fragmentação analítica daqueles que defendem o funcionalismo estrutural como um paradigma dominante da análise social.

Giddens (2003) também constatou “fissuras” nos pressupostos básicos do funcionalismo e do naturalismo, no final da década de 1960 e começo da de 1970, de origens tanto políticas quanto intelectuais. Observa que a intenção dos intelectuais das correntes teóricas concorrentes foi dissolver o consenso acerca do modo como a teoria social era abordada.

Como resultado desses movimentos intelectuais, surge uma variedade de abordagens teóricas, como: interacionismo simbólico, fenomenologia, teoria crítica dos filósofos de Frankfurt, hermenêutica, tradições interpretativas do pensamento social, filosofia da linguagem. Essas correntes emergentes promovem desordem na teoria social (GIDDENS, 2003) e enfatizam o caráter ativo e reflexivo da conduta humana que vão muito além do “sistema de coordenação de ação”, essencialmente funcionalista, encontrado nas contribuições de Durkheim, Weber, Pareto e Parsons à teoria social e à teoria organizacional.

A construção de críticas e desconfiças dentro da própria modernidade se deu quando alguns pensadores, até mesmo Nietzsche e Weber, se manifestaram céticos quanto às realizações dessas racionalizações e geraram um debate secular sobre a função da razão na modernidade e sua capacidade de emancipação do homem. A perspectiva de sistema e a abordagem parsoniana confirmam a concepção de uma racionalidade que tende a realizar a sua própria perfeição (BORNHEIM, 1994), enquanto que a Teoria Crítica emerge com a pretensão de denunciar a repressão e o controle social que a ordem dominante instituiu.

Ao reconhecer que as racionalidades são influenciadas pelo inconsciente, o pensamento crítico incorpora novas temáticas, novas metodologias sem perder a coerência epistemológica (MENEGETTI, 2004) e ganha importância no debate como uma corrente radicalmente contrária ao consenso ortodoxo. Os autores da Escola de Frankfurt, especialmente Max Horkheimer e Jürgen Habermas, reconhecem que a razão não consegue mais guiar os homens na direção da emancipação, pois a racionalidade instrumental tende a ser totalitária, dominante, impregnando todas as dimensões da vida social (MENEGETTI, 2004).⁵

Martin Parker, em um artigo publicado em 1995, relata alguns dos mais recentes argumentos em favor de uma teoria organizacional na perspectiva crítica, para avançar no

apontam alternativas envolvendo o problema da sustentabilidade. A contingência e o risco redimensionam a sociabilidade contemporânea, impondo novos moldes teóricos para o que era considerado seguro e confiável, ou seja, o desenvolvimento.

⁵ Grande parte da crítica de Horkheimer ao desenvolvimento do capitalismo encontra-se no livro “Eclipse da Razão”. Na interpretação de Meneghetti (2004), para Horkheimer, o capitalismo tende a ser tão totalitário quanto o regime nazista e fascista. O processo de exclusão, dominação, exploração e violência tenderiam a avançar na medida em que o regime econômico capitalista tenderia a se impor.

desenvolvimento de uma “teoria crítica para as organizações”. Como argumento, Parker (1995) utiliza o pós-modernismo como sendo uma perspectiva perigosa e potencialmente incapaz de ser adotada por teóricos críticos uma vez que qualquer projeto emancipatório não serve adequadamente para determinar noções de verdade e de progresso. Ainda, acredita que uma epistemologia pós-moderna “forte” (*hard*) é essencialmente uma maneira de evitar a responsabilidade com as implicações para a análise organizacional. Mas, por outro lado, parece que essa visão é muito determinista para o debate atual, pois refletir sobre a racionalidade que rege o mundo não é renunciar as certezas, mas estabelecer novas relações com olhar crítico sobre aquelas que estão consolidadas como verdade (ALENCASTRO et al., 2005).

Para melhor compreender essa polêmica que se construiu em torno da racionalidade, a seguir é apresentada a reflexão crítica desenvolvida por Jürgen Habermas dentro do projeto do modernismo.

Habermas, ora considerado o herdeiro da Escola de Frankfurt devido a crítica feita ao modo com que a racionalidade está sendo utilizada (MENEGETTI, 2004), ora enquadrado como o “último modernista” crítico (BURRELL, 1994), ganhou importância no debate sobre racionalidades quando introduziu a noção de ação comunicativa (HABERMAS, 2001). Ele recuperou a sociologia como ciência social que melhor conecta em seus conceitos básicos a problemática da modernidade analisando algumas das ciências sociais que a ela pertenciam (ciência política, economia política) e que, conforme foram se emancipando (nova ciência política, ciência econômica), transformaram a própria sociologia em uma “ciência da crise”.

O conceito de racionalidade comunicativa foi concebido por Habermas (2001) como a noção capaz de fazer frente às reduções cognitivo-instrumentais que se fazem da razão no mundo da vida. Mas, para tanto, ele precisou articular a sociedade em dois níveis, que associa os paradigmas de mundo da vida e o mundo dos sistemas, e introduzir uma teoria da modernidade que seja capaz de explicar o tipo de patologias sociais cada vez mais visíveis no mundo contemporâneo – progresso e modernização com desestruturação social, econômica e ambiental (BRITO; RIBEIRO, 2003).

A hipótese, formulada por Habermas (2001), é de que os “campos de ação” estruturados da ação comunicativa ficam submetidos aos imperativos do sistema de ação organizados formalmente e que se colocam autônomos. Com a teoria da ação comunicativa, na percepção habermasiana, permite-se categorizar a vida social e, então, dar razão aos paradoxos da modernidade. A problemática que surge é em que sentido a modernização das sociedades pode ser descrita como racionalização. No plano metodológico, a compreensão das orientações racionais da ação se converte em ponto de referência para a compreensão de todas as orientações de ação.

Aqui está a conexão entre as questões *metatéóricas* (marco da teoria da ação com vistas aos aspectos da ação suscetível de racionalização), *metodológicas* (de uma teoria da compreensão que esclareça as relações internas entre significado e validade) e *empíricas* (em que sentido a modernização de uma sociedade pode ser descrita além do ponto de vista de uma racionalização cultural e social) que entrelaçam as questões de significado com as questões de validade. Habermas (2001), então, defende a tese de que são as razões sistemáticas que levam Max Weber a tratar a questão do racionalismo ocidental e a questão do significado da modernidade e suas causas e conseqüências colaterais (disfunções) da modernização capitalista das sociedades sob o ponto de vista da ação racional, do comportamento racional na vida e da racionalização das imagens do mundo.

Weber associa a perda de sentido ao pluralismo de valores do mundo moderno. O processo histórico de autonomização das esferas culturais de valores estiolou a unidade, portadora de sentido, das imagens tradicionais de mundo, as quais forneciam os elementos para uma visão totalizadora do real. [...] Característico das

sociedades modernas é exatamente o questionamento desse poder totalizante e unificador das visões de mundo, ou seja, a capacidade demonstrada pelos homens modernos de distinguir o mundo de sua imagem, a reflexividade e a conseqüente dissociação entre o mundo e sua representação. Ora, a derrocada dos fundamentos últimos conduziu-nos à perda de sentido no contexto de um mundo irremediavelmente desencantado (ARAÚJO, 1994, p. 150).

Com essa reflexão sobre a teoria weberiana, Habermas (2001) conclui que à toda sociologia com pretensões de teoria da sociedade se estabelece o problema da racionalidade simultaneamente nos planos metateórico, metodológico e empírico. Para que? Para mostrar a necessidade de uma teoria da ação comunicativa, se o que se busca é abordar de forma adequada a problemática “racionalização social”. Se a *verdade* se refere a existência de estados de coisas no mundo e se a *eficácia* se refere a intervenções no mundo com ajuda das quais podem produzir-se os estados de coisas desejadas, então a expressão “racional” não é somente utilizada em conexão com emissões ou manifestações que podem ser verdadeiras ou falsas, eficazes ou ineficazes. A racionalidade se torna inseparável da prática comunicativa e abarca um espectro mais amplo. Permite argumentação para prosseguir a ação comunicativa com meios reflexivos. Dessa forma a idéia de desempenho discursivo das pretensões de validade ocupa um posto central na teoria da ação comunicativa, que tem a teoria da argumentação (estudo dos tipos de fala onde as pretensões de validade são tematizadas) como pressuposto básico (ARAÚJO, 1994).

Sendo assim, se a racionalidade comunicativa (enfoque fenomenológico) pode articular-se com a racionalidade cognitivo-instrumental (enfoque realista), então pode-se dizer que “comportar-se racionalmente” é utilizar predicados (saboroso, atrativo, chocante e outros) de modo que os outros membros do mundo da vida possam reconhecer sob estas descrições suas próprias reações diante de situações parecidas, corrigir emissões racionais e aprender com elas ligando o conceito de fundamentação com o conceito de aprendizagem, ou seja, são proposições de conhecimento expressando um pensamento (KUÇURADI, 2004).

Contudo, é preciso lembrar que o “saber intuitivo”, presente no discurso prático, sempre estará apoiado na moral, o que implica em afirmar que a raiz de toda argumentação está no ponto de vista da moral.⁶ As manifestações expressivas só podem ser colocadas em julgamento por sua veracidade no contexto de uma comunicação dirigida ao entendimento, o que nos remete ao diálogo psicanalítico freudiano, no qual os papéis terapeuta-paciente estão distribuídos assimetricamente (HABERMAS, 2001). Utiliza-se, então, da forma de argumentação para dissipar autoenganos sistemáticos ao mesmo tempo em que se reconhece a limitação humana em função dos golpes psicológicos (FREUD, 1976). A pessoa, por sua vez, estará agindo racionalmente quando estiver disposta ao entendimento e que, diante das perturbações da comunicação, reage refletindo sobre as regras lingüísticas.

Nesse sentido observa-se que há uma lógica (relações entre os atos de fala, do tipo não dedutivo) em cada argumentação. O modo em que cada argumento é exposto na ação comunicativa expressa também uma perspectiva espaço-temporal e de conteúdo, trazendo para o campo da lógica os valores culturais, que não são válidos universalmente; mas que correspondem a determinado mundo da vida. Nas condições socioculturais “que subjacem a esse mundo da vida talvez se reflita a racionalidade de um mundo da vida compartilhado não só por particulares, senão por coletivos” (HABERMAS, 2001, p. 70). Isso faz com que a racionalidade das imagens do mundo (mitos) possa ser analisada pelas categorias que se colocam à disposição dos indivíduos para a interpretação “do seu mundo”.

⁶ “Ser humano é ser antes de tudo moral”, afirma Paulo César de Souza no posfácio que escreveu à Genealogia da Moral, de Friedrich Nietzsche. Essa obra de Nietzsche (2002) tem como elemento central a discussão da origem dos conceitos morais. Ele interpreta a evolução da ética como uma história da crueldade e critica as ideologias compaixão, igualdade e crença na verdade.

Com essas noções teóricas básicas, Habermas (2001) entende que a discussão de racionalidade da ação segue quatro conceitos sociológicos de ação, por ele tratados como pressupostos ontológicos da sua tese. Se utilizando das noções de mundo objetivo (“problema ontológico”), mundo social (“status ontológico independente” e mundo subjetivo, apresentados por Ian Charles Jarvie⁷, Habermas (2001) desenvolve o conceito de ação comunicativa – e estabelece o marco original na teoria popperiana do terceiro mundo (primeiro mundo, o dos objetos físicos; segundo mundo, o dos estados de consciência ou dos estados mentais; terceiro mundo, o dos conceitos objetivos de pensamento (científicos, poéticos, obras de artes), que mais tarde ele o chamou de mundo dos produtos da mente humana) – e o conceito de ação teleológica (ação regulada por normas e ação dramática em termos de relações ator/mundo).

O problema nos estudos de Jarvie, observado por Habermas (2001), é que os componentes das tradições culturais que resultam relevantes para a integração social podem conceber-se como sistemas de saber e pode-se conectá-los com pretensões de validade análogas ao de verdade. As suas reflexões apontam que Jarvie utilizou a teoria popperiana dos três mundos e pôs a descoberto os pressupostos ontológicos que entram nos conceitos sociológicos da ação. Na visão de Habermas (2001), Popper entende os conteúdos semânticos dos produtos simbólicos como entidades de um terceiro mundo tendo por base o conceito ontológico de mundo como universo de entidades.

Então, pergunta-se ele, como é possível fazer uso do conceito de mundo para uma teoria da ação? Ele mesmo a responde afirmando ser necessário modificar os três sentidos. Primeiro, modificar o sentido ontológico de mundo por um conceito de mundo estabelecido em termos de teoria da constituição da experiência e adotar igualmente o conceito “mundo” e “mundo da vida”. Segundo, substituir a versão unilateralmente cognitivista do conceito de espírito objetivo superando-a mediante um conceito de saber cultural como algo diferenciado em distintas pretensões de validade. Terceiro, libertar o conceito de mundo de suas limitativas conotações ontológicas; dos três mundos, somente o mundo objetivo pode ser entendido como correlato da totalidade dos enunciados verdadeiros.

Assim Habermas (2001) toma emprestado de Jarvie (apud VIANA, 2013) a aplicação da teoria popperiana dos três mundos para a replicar na teoria da ação com o único propósito de abrir caminho para a afirmativa de que, ao eleger um determinado conceito sociológico de ação nos comprometemos com determinadas pressuposições ontológicas. Das relações com o mundo dependem os aspectos da possível racionalidade de sua ação. E, com o conceito de ação comunicativa, começa-se a operar um meio lingüístico em que se refletem como tais as relações do ator com o mundo.

Aqui a problemática da racionalidade, que até então só se colocou ao cientista social, agora está na perspectiva do agente de onde emerge o entendimento lingüístico como um mecanismo de coordenação da ação. Como tais reflexões críticas da racionalidade se inserem no debate modernismo *versus* pós-modernismo e na análise organizacional? Reconhecendo que as ações dos participantes na interação social, mesmo que governadas por cálculos egocêntricos de utilidade e coordenadas mediante interesses, são mediados por atos de fala, mas que não coincidem com ela. Só o conceito de ação comunicativa (modelo estratégico de ação) pressupõe a linguagem como um meio de entendimento sem delongas, uma ação que se dá por satisfeita com a explicação das características da ação orientada para o êxito. Os outros modelos de ação (teleológico, normativo, dramático) ficam como o tipo de comunicação que cada um deles privilegia, mas é considerado um “caso limite de ação comunicativa”.

Com as noções de interação e intersubjetividade implícitas na teoria habermasiana (ARAÚJO, 1994), fica evidente que o que Habermas fez não é permutar a noção de razão

⁷ Ver importante análise da “teoria de Popper-Jarvie em confronto com Habermas” no artigo escrito por Viana (2013).

instrumental pela de razão comunicativa. A intenção dele foi expor, de forma crítica, os problemas que se fazem presentes no projeto de modernidade e no uso da racionalidade. A base da evolução histórica das sociedades deve ser visto pelo agir comunicativo uma vez que a razão instrumental não é capaz de apreender a complexidade presente no fenômeno da racionalização social. A razão comunicativa habermasiana considera igualmente os aspectos normativo e expressivo da relação com os mundos social e subjetivo e ligado ao paradigma da filosofia da linguagem. As disfunções observadas pelos pós-modernistas é resultado da apreensão crítica do processo de modernização, pois conforme ocorre a racionalização do mundo vivido, os subsistemas se diferenciam cristalizando-se em núcleos organizados, de um lado a empresa capitalista e, de outro lado, o aparelho burocrático do estado. A crise, então, está nas funções sociais (integração social, reprodução cultural e socialização dos indivíduos) dissociadas do agir comunicativo e do agir estratégico. A interação de ambos se dá pela linguagem (HABERMAS, 2001), o que confronta as limitações da perspectiva weberiana da modernização, chamada de racionalização, que enjaulou o homem na sua própria construção.

Então, a racionalização do mundo não é responsável, por si só, pelos aspectos patológicos da modernidade. A proposta habermasiana pode ser considerada como a reconciliação da modernidade consigo mesma (ARAÚJO, 1994) através de uma teoria da razão que permite criticar as patologias da modernidade e resistir ao ceticismo pós-moderno a um só tempo. Destarte, comparando a ação comunicativa habermasiana com a ação racional weberiana evidencia-se que as diferenças que ocorrem no sistema social (ou no mundo da vida) poderiam ser resolvidas sem argumentação manipulativa e coercitiva que caracterizam a ação racional no projeto da modernidade e nos espaços empresariais.

O PÓS-MODERNISMO E A NOÇÃO DE RACIONALIZAÇÃO

As reflexões habermasianas deixam evidentes que o mundo atual é constituído por parte da subjetividade humana através da linguagem e do discurso, mas parece não romper com as questões objetivas estruturais que se dão nos espaços sociais. Essa afirmação é respaldada por Hassard (1993), para quem

o mundo é constituído por parte de nossa linguagem e que podemos somente ‘conhecer o mundo’ através de formas particulares do nosso discurso. [...] Como nossos jogos de linguagem estão continuamente em fluxo, o significado está constantemente escorregando além de nossa compreensão e pode assim nunca ser alojado dentro de um termo.

Assim abrem-se espaços para abordagens alternativas de análise organizacional sem, no entanto, ignorar os pressupostos positivistas explícitos no projeto da modernidade. Em termos epistemológicos convencionou-se esse pensar reflexivo e crítico da ação social como sendo o pós-modernismo, com uma estrutura conceitual para a análise organizacional calcada em cinco noções epistemológicas-chave: representação, reflexividade, escrita, *differance* e descentrando o sujeito (HASSARD, 1993) e uma interpretação crítica da racionalidade predominante. O pensamento crítico constituído pelo uso da razão, do humanismo e do pensamento radical, garante o questionamento das racionalidades dominantes. A realidade aparente passa a ser refletida criticamente e torna-se objeto de investigação, ao mesmo tempo em que o pensamento radical tenta garantir que as contradições sociais transformem a realidade e que as teorias se proponham a explicá-la (MENEGETTI, 2004).

De acordo com Chia (1995), o que distingue o pós-modernismo do modernismo é um “estilo de pensamento” que evita o uso não crítico de termos organizacionais comuns, como “indivíduo”, “ambiente”, “estrutura”, “cultura”, entre tantos outros. Esses termos se referem a existência de entidades e atributos sociais dentro de uma problemática modernista. Isto porque um estilo de pensamento modernista conta com uma ontologia “forte” (o estudo da natureza e

a essência das coisas) que privilegia o pensar e o analisar o real em termos de fenômenos discretos, atributos estáticos e eventos sequenciais. O pensamento pós-moderno, por outro lado, privilegia uma ontologia “fraca” que enfatiza analisar uma realidade pelo efêmero e pelo emergente.

Nesse contexto, os trabalhos de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu se tornam relevantes para a discussão das racionalidades numa perspectiva ampliada, uma vez que revelam os campos de poder, o simbolismo presente nas relações sociais, os esquemas conceituais que ordenam e informam os processos de investigação da vida social.

Giddens (2003), com o intento de estabelecer uma abordagem da ciência social que se afaste das tradições existentes até então presentes no pensamento social, no início da década de 1980 propõe a teoria da estruturação. Parte da pressuposição de que os esquemas conceituais que ordenam e informam processos de investigação da vida social são “o que é” e “para que” serve uma “teoria”, sem desconsiderar a importância de se elucidar, interpretar e explicar características substantivas da conduta humana. Utiliza os escritos de Talcott Parsons, que manifestou sua inclinação pela abstração e obscuridade nos estudos sociológicos, como ponto de partida para a sua reflexão teórica, que culmina na proposição de uma teoria capaz de por fim aos esforços de muitos em estabelecer “impérios do objeto” nas ciências sociais, referindo-se ao funcionalismo e ao estruturalismo. Como fundamento, afirma que o domínio das ciências sociais não é a experiência do ator individual nem a existência de totalidades sociais, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo, em atividades sociais recursivas; “elas não são criadas por atores sociais mas continuamente recriadas por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam *como* atores” (p. 3).

Para explicar a lógica do seu pensamento, Giddens (2003) utiliza a noção de cognoscitividade humana, que incorpora a reflexividade (algo assentado na monitoração da ação que os seres humanos exibem) na ordenação recursiva das práticas sociais. É a continuidade das práticas que presume reflexividade, possível apenas pelo reconhecimento de que são as mesmas no espaço e no tempo. A razão, portanto, está na intenção do agir do indivíduo enquanto agente social que está apto a elaborar discursivamente essas razões, caso solicitado. Porém,

a monitoração reflexiva da ação depende da racionalização, entendida aqui mais como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência dos agentes. Uma ontologia de espaço-tempo como constitutiva de práticas sociais é básica para a concepção de estruturação, a qual *começa* a partir da temporalidade e, portanto, num certo sentido, da “história” (GIDDENS, 2003, p. 4).

A razão, por sua vez, não é vista como um conjunto de compromissos normativos, mas apenas um setor da racionalização da ação que tem as normas como “fronteiras factuais” nas quais são possíveis várias atitudes manipulatórias. A dissimulação da ação, portanto, se dá entre as razões ofertadas discursivamente e as razões utilizadas no fluxo da conduta, ambas presentes na consciência (discursiva ou prática) dos atores sociais (GIDDENS, 2003).

Aqui, novamente, aparecem os estudos de Sigmund Freud para elucidar a concepção de ação com o uso da razão, anteriormente utilizada por Habermas (2001) no desenvolvimento da Teoria da Ação Comunicativa. Na ação social, há componentes motivacionais inconscientes ao ator social, pois, como afirma Giddens (2003), a vida social é governada por correntes sombrias fora do alcance da consciência dos atores. Assim, as razões que os atores oferecem discursivamente para suas ações podem ser diferentes da racionalização da ação quando envolvida no fluxo da conduta desses atores. Dessa forma conclui-se que, a racionalização da ação se dá num “cenário discursivo” – que Pierre Bourdieu denomina campo social –, onde a rotina se torna um elemento básico da atividade social cotidiana dando à vida o caráter rotinizado que se estende no tempo e no espaço.

Por campo social, Bourdieu (2001) entende o espaço social onde se dão as relações objetivas de forma relativamente autônoma, o que implica no reconhecimento da existência de vários campos sociais (campo religioso, campos de produção cultural).⁸ Nele se manifesta a dinâmica da sociedade, se estabelecem regras específicas para orientar a ação dos indivíduos em função das posições sociais relativas, se dão relações de forças entre posições sociais na luta para conquistar o monopólio do poder (campo de poder).

Outra importante implicação epistemológica impressa por Bourdieu (2001) com a noção de campo para a compreensão das racionalidades presentes nas ações sociais num contexto contemporâneo se refere ao “posicionamento do corpo em encontros sociais” discutido por Giddens (2003). O posicionamento a que Giddens (2003) se refere é a co-presença do corpo em relação a outros numa serialidade de encontros no tempo-espaço.

Todo e qualquer indivíduo está imediatamente posicionado no fluxo da vida cotidiana; no tempo de vida que é a duração de sua existência; e na duração do ‘tempo institucional’, a estruturação ‘supra-individual’ de instituições sociais. Finalmente, cada pessoa está posicionada, de um modo ‘múltiplo’, dentro de relações sociais conferidas por identidades sociais específicas (p. XXVII).

Essa noção se torna particularmente importante para a análise de organizações que mesclam os sistemas empresa e família (como é o caso das empresas familiares), pois cada pessoa ocupa papéis distintos nos dois sistemas, mas se confundem nas ações do cotidiano, inconscientemente.

A equivalência entre as noções de estrutura, em Giddens (2003), e a noção de campo, em Bourdieu (2001) se revelam pelo reconhecimento em ambos de que as relações são socialmente construídas. Enquanto que a noção de estrutura incorpora noções de sistemas sociais, princípios estruturais, práticas extensivas no espaço-tempo e regras e recursos recursivamente organizados, a noção de campo considera o campo de produção como espaço social de relações objetivas no qual se joga o “jogo de linguagem”, ação que requer compreensão da dinâmica do sistema, reconhecimento da estrutura e interpretação das palavras.

Mediante estas considerações, um dos elementos centrais no debate entre modernismo e pós-modernismo em torno da racionalidade fica mais evidente: a noção de desconstrução apresentada por Derrida.

Com a palavra “desconstrução”, Derrida, citado por Rouanet (1992), dá continuidade ao projeto de Heidegger de “destruição” e desenvolve a idéia de que:

é preciso desconstruir o mito fonocêntrico, mostrando que não é a voz que é primária, e sim a escrita, a *écriture*, que é esta que está na origem de toda linguagem. A escrita não é secundária, mas original. Não é um vínculo de unidades lingüísticas já constituídas, mas o modo de produção que constitui essas unidades. A escrita, nesse sentido amplo, significa toda prática de diferenciação, de articulação, de espaçamento. A palavra-chave é diferença. A *écriture* [...] é a atividade mais primordial de diferenciação, e é por isso que está na origem de toda a linguagem, conjunto de unidades cujo sentido é dado exclusivamente por seu caráter diferencial com relação a todos os demais signos (ROUANET, 1992, p. 242-243).

Sendo assim, aonde estariam as contradições entre os discursos do modernismo e do pós-modernismo? Estão nas palavras escritas, uma vez que o que existe são textos, “originais” que constituem o real, e não uma realidade. A auto reflexividade do escritor e do leitor é que estabelece a sua “própria lógica” e, ali dentro, com suas próprias lógicas (conscientes ou

⁸ “Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por ele produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir” (BOURDIEU, 2001, p. 69).

inconscientes) “reviram” seus próprios termos/métodos e, a um só tempo, aproximam-se e diferenciam-se.⁹

As evidências empíricas revelam que há uma proposição de “reconstrução das estruturas sociais” a partir da “reflexividade” em torno das ações que estruturam a sociedade. Por outro lado, também é preciso observar que a reflexividade exige indivíduos com níveis elevados de conhecimento, capazes de promover questionamentos de suas próprias ações, bem como as ações da coletividade. Numa outra perspectiva, também é preciso que os indivíduos “abandonem a confiança inocente” diante da realidade socialmente construída para terem condições de medir os graus de risco de cada uma das ações sociais.

AS RACIONALIDADES NA ANÁLISE ORGANIZACIONAL

Como as sessões anteriores evidenciam, a racionalidade presente no projeto da modernidade e utilizada na análise organizacional é caracterizada pelos procedimentos regulares e sistemáticos, e se traduz por uma estreita articulação entre meios e fins. A tomada de decisões gerenciais é compreendida como precedida por uma ponderação de todas as alternativas e das respectivas implicações, admitindo-se, portanto, uma racionalidade absoluta. A impessoalidade e o formalismo caracterizam o relacionamento interno na organização bem como as relações com os clientes. Realça-se a hierarquia dos cargos, apresentado-se a autoridade dos líderes como uma decorrência da sua posição na estrutura formal.

Embora a racionalidade presente no modelo burocrático se revele pertinente para a compreensão de algumas faces das organizações, a sua aplicação à análise da gestão de empresas familiares evidencia diversas fragilidades e limitações. Pressupondo uma organização fortemente articulada, dificilmente dá conta das emoções dos gestores membros da família empresária no processo de tomada de decisão gerencial. Postulando uma estrutura hierarquizada, confronta-se com uma cultura organizacional influenciada pela dinâmica da família e uma resistência à tradução da diversificação vertical numa diferenciação horizontal nas funções gerenciais; advogando o controle da propriedade e da gestão pela família empresária, choca-se com a velocidade da dinâmica do mercado, a pluralidade de ideologias coletivistas e a participação dos funcionários em todos os processos; defendendo uma racionalidade instrumental, depara-se com o discurso da abertura da empresa ao meio.

A racionalidade comunicativa, ao colocar a ênfase na subjetividade do sujeito, valorizando a linguagem dos atores, recupera o poder emancipatório do indivíduo em todos os espaços sociais. Na gestão empresarial caracteriza-se pela cultura, história e normas (formais e informais) de cada organização confirmando-se, assim, o pensamento de Lukes (2000), para quem diferentes culturas tem diferentes racionalidades. A tomada de decisão gerencial se dá pelas questões que envolvem o comportamento (ideais, sonhos, ideologias) do fundador do empreendimento e dos seus sucessores, dos valores da família, das implicações dessas na sociedade, tanto para a empresa como para a família empresária. A pessoalidade e o caráter informal caracterizam o relacionamento entre gestores e colaboradores na organização. A relação com os clientes e fornecedores se dá pelo respeito mútuo e comprometimento social. A autoridade dos membros da família é superior ao conhecimento técnico dos não membros,

⁹ Nas palavras de Lyotard (1984), no espaço social, há indeterminação, constante desconstrução, jogos de linguagem que se dão numa matriz dialética incorporada (dialética da diferença) colocando a noção de causalidade como escrava da razão nas grandes narrativas. O autor chega a essa conclusão após examinar detalhadamente as duas grandes correntes de pensamento que comandavam a justificação filosófica e política do saber na modernidade, desde o século XVIII: o Iluminismo e o Idealismo. O seu objetivo foi mostrar como as causas da dissolução dos discursos do moderno eram imanentes tanto ao Iluminismo (Voltaire, Rousseau) quanto ao Idealismo (Kant, Hegel).

apresentando-se como uma decorrência dos laços afetivos e das posições hierárquicas na estrutura da família.

Como limitações, a racionalidade comunicativa pressupõe uma certa linearidade de eventos sociais nos espaços organizacionais, uma vez que considera a linguagem e o poder argumentativo verbal como instrumento de desenvolvimento de pensamentos racionais. A empresa familiar, mesmo sendo um conjunto único formado por dois sistemas distintos (família e empresa), está inserida num mundo capitalista, onde a lógica do mercado e o poder simbólico do macro sistema requerem estruturas administrativas claramente delineadas numa perspectiva da racionalidade instrumental. O fim último sempre estará vinculado ao desenvolvimento econômico muito mais do que ao desenvolvimento socialmente articulado.

Com relação às teorias organizacionais, estudos que tem as empresas familiares como objeto de análise revelam dificuldades em encontrar orientação de gestão que se diferenciam da lógica clássica/instrumental, uma vez que essas atuam em dois ou três mundos diferentes, num mesmo espaço de gestão. Ora atuam num mundo doméstico orientadas pelo mundo burocrático, ora atuam num mundo burocrático orientadas por um mundo associativo. Questões em torno do modelo que deve orientar a ação gerencial dessas organizações e de quais elementos utilizar para interpretar suas ações são apenas algumas em torno de ações sociais que se mostram difíceis de serem explicadas pela racionalidade instrumental presente nas teorias organizacionais. Ao mesmo tempo, essas ações não se enquadram como exclusivamente orientadas pela racionalidade substantiva.

Muitos autores têm discutido a racionalidade a partir da obra de Max Weber e tentam solucionar o impasse na teoria organizacional, que foram objeto de críticas tanto de Juergen Habermas quanto de Guerreiro Ramos.¹⁰ Os conflitos na orientação teórica para a ação social são oriundos da racionalidade que impera desde a ascensão do capitalismo e que se consolidaram em todas as ações no mundo moderno. No entanto, essa mesma racionalidade que orientou o crescimento econômico desde a Revolução Industrial é a que se mostra incapaz de reposicionar o homem através de ações orientadas pelo senso comum, pelos valores e emoções próprias do ser humano em sociedade.

Vivemos em uma sociedade de organizações e a racionalidade preponderante em todas as instâncias tem sido a instrumental, que promove ações liberadas das premissas de valores éticos, morais, religiosos e de crenças e que oportunizam abusos de poder e ampliação da competição entre indivíduos, com conseqüente redução do agir e viver saudável. Como já referenciado anteriormente, esse tipo de racionalidade se mostra modelo esgotado e a sociedade exige a retomada dos valores e a interação simbólica nas ações dos indivíduos membros de organizações, bem como o repensar de práticas sociais realmente modernas.

Na construção do novo quadro analítico devem ser inseridos elementos da racionalidade substantiva, que vão além da razão associada à lógica (racionalidade aristotélica), que concentra o interesse sobre os valores, a motivação e satisfação pessoais e os elementos políticos (concepção de Karl Polanyi), que tenha a ética como disciplina para

¹⁰ Em sua obra “A nova ciência das organizações”, Guerreiro Ramos se propôs a contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo então em vigor centralizado no mercado. Um dos argumentos utilizado por ele foi de que “uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade” (p. XI), pois não dá conta das especificidades contemporâneas, das exigências ecológicas e da complexidade dessa sociedade. Afirma, ainda, que a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional, fato que requer um modelo alternativo de pensamento. Ramos (1989), então, tenta solucionar teoricamente esse dilema na teoria das organizações apresentando um modelo alternativo, que denomina “teoria substantiva da vida humana associada”, calcado na distinção feita por Max Weber entre a racionalidade substantiva e a racionalidade funcional e na análise, de Karl Polanyi, da sociedade centrada no mercado.

abordar a vida social (Guerreiro Ramos) e a emancipação do homem face ao contexto social sob a orientação para o êxito e para o entendimento (Jürgen Habermas).

A *racionalidade substantiva*, portanto, se revela forte para atender as exigências de reformulação da ação racional. Mas, ao mesmo tempo, é ampla, complexa e subjetiva. Então, também oferece limitações, especialmente por sugerir ruptura na concepção gerencial ao não apresentar elementos claros de análise do desempenho dos indivíduos membros das organizações, nem elementos de controle de ações e processos.

A proposição da racionalidade substantiva como perspectiva analítica nas teorias organizacionais exige subordinar o mercado ao homem através do senso comum, que passa a atribuir significado à razão – o que ocorre através da comunicação, elemento harmonizador da dimensão ético-política – e que destaca o homem como capaz de orientar suas ações por validade intersubjetiva. Dessa forma, o contexto e o consenso, junto a outros elementos simbólicos presentes na realidade, passam a ser os constituintes do processo de tomada de decisão com validade também para as organizações familiares.

No projeto de pós-modernismo, as noções apresentadas por Giddens (2003) e Bourdieu (2001), por sua vez, em muito contribuem para explicitar o contexto complexo e específico que envolve as empresas familiares. As noções de estrutura, cognoscitividade humana, reflexividade, posicionamento do corpo, de Giddens (2003), estão diretamente relacionadas com a racionalidade da ação uma vez que a proposição do estruturalismo foi com o propósito maior de juntar subjetividade à ordem, ou seja, tentar mostrar que ação e estrutura estão numa mesma dimensão na análise organizacional.

Bourdieu (2001) tenta fazer a mesma coisa com a noção de *habitus* e campo. Com a noção de *habitus*, indica a existência de um conhecimento adquirido *a priori*, incorporado no indivíduo pela história (práticas extensivas tempo-espço, na visão de Anthony Giddens) e manifesto ao realizar a ação nos espaços sociais relativamente autônomos (noção de campo). Quando essas relações sociais se dão nos espaços empresariais, no entanto, se chocam com a estrutura funcionalista orientada pela perspectiva positivista de gestão que predomina nas empresas e impregna todos os espaços de atividades técnicas.

Por fim, discutir a gestão de empresas familiares se torna incompleto e com forte orientação funcionalista se não envolver os pressupostos que se fazem presentes em ambos projetos, modernismo e pós-modernismo. Nesse campo de análise se dão relações objetivas permeadas de sentimentos subjetivos que alimentam o sistema família através do sistema empresa, e vice-verso. Muitas das regras, posições sociais, relações de forças que se observam no sistema empresa foram ou estão sendo delineadas no sistema família e, um analista organizacional desatento, pode incorrer em erros epistemológicos se ignorar os pressupostos que alimentam o projeto do pós-modernismo como complementar às proposições do modernismo.

CONCLUSÕES

Para atingir um nível de desenvolvimento epistemológico satisfatório à complexidade do mundo contemporâneo, a noção de racionalidade a ser utilizada na análise de empresas familiares deveria considerar novas dimensões. Sugiro construir o objeto de estudo com base num quadro teórico que contém um conjunto de elementos presentes no projeto da modernidade, sob a perspectiva weberiana (ordem, estrutura, normas e ações sociais matematicamente articuladas) e habermasiana (relações internas elaboradas pela subjetividade do indivíduo na ação social, premissas culturais e ideológicas utilizadas para considerar uma alternativa como verdade ou “mais adequada”).

Mas, nessa mesma dimensão, o quadro teórico estaria incorporando um segundo conjunto de elementos presentes no projeto da pós-modernidade, entre os quais destaca-se a

articulação das palavras utilizadas numa ordem escrita para orientar uma decisão gerencial, o contexto subliminar à ação ou evento no momento da sua ocorrência, a posição social do tomador da decisão não membro da família empresária em relação à co-presença de um membro, as relações de forças entre as posições sociais na família e na empresa, os elementos do inconsciente observados no comportamento dos herdeiros do patrimônio em relação aos agregados da família e ao mercado.

Trata-se de analisar diversas dimensões sociais, diversos tipos de atividade econômica, diferentes estruturas e sistemas de famílias empresárias e em diferentes regiões geográficas, inscrever cada uma das instituições em uma linha e abrir uma nova coluna sempre que se descobre uma propriedade necessária para caracterizar uma nova organização, o que obriga a pôr a interrogação sobre a presença ou a ausência de uma dada propriedade característica em todas as outras variáveis; depois, fazem-se desaparecer as repetições e reúnem-se as colunas que registram características estrutural e funcional equivalentes, de maneira a reter todas as características que permitem discriminar de modo mais ou menos rigoroso as diferentes organizações, as quais são pertinentes.

Este utensílio tem a faculdade de obrigar a pensar relacionalmente, como propõe Bourdieu (2001), tanto as unidades sociais em questão como as suas propriedades, podendo estas ser caracterizadas em termos de presença ou de ausência.

Mediante um trabalho de construção desta natureza, constroem-se categorias de análise que consideram a um só tempo as dimensões sociais e técnicas e que constituem todas as racionalidades presentes nas empresas familiares.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M. et al. **O agir comunicativo em contraponto à razão instrumental da modernidade tecnológica**. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Semana da Tecnologia. Disponível em: http://www.ppgte.cefetpr.br/semanatecnologia/comunicacoes/o_agir_comunicativo.pdf. Acesso em: 05 jan., 2005.

ARAÚJO, L. B. L. Razão comunicativa. In: HÜHNE, L. M. (org.). **Razões**. Rio de Janeiro: Uapê, 1994. Cap. VII, p. 139-155.

ARENDT, H. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

BORNHEIM, G. Presença da razão. In: HÜHNE, L. M. (org.). **Razões**. Rio de Janeiro: Uapê, 1994. Cap. I, p. 9-16.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRITO, D. C.; RIBEIRO, T. G. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, ago./dez. 2002; v. 6, n. 1, jan./jul., 2003.

BURRELL, G. The contribution of Jurgen Habermas (Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis, part four). **Organization Studies**, v. 15, n. 1-18, Winter, 1994.

CAVEDON, N. R.; FERRAZ, D. L. Os diferentes modelos de família e de empresas familiares e seus respectivos valores: um olhar sobre empresas comerciais em Porto Alegre. **Organização & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 75-91, mai./ago., 2003.

CHIA, R. From modern to postmodern organizational analysis. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 579-605, Fall, 1995.

FONSECA, C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Congresso Internacional Pesquisando a família, 1, 2002, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2002.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. **Obras completas**, v. 17, p. 171-179. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa, I**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Taurus Humanidades: Madrid, 2001.

HASSARD, J. Postmodernism and organizational analysis: an overview. In: HASSARD, J.; PARKER, M. (org.). **Postmodernism and Organizations**. London: Sage, 1993. Cap. 1, p. 1-23.

_____. **Sociology and organization theory: positivism, paradigms and postmodernity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

KUÇURADI, I. “Rationality” and “rationalities” within the framework of the modernism-posmodernism debate. **Diogenes**, v. 51, n. 202, p. 11-17, 2004.

LUKES, S. Different cultures, different rationalities? **History of the Human Sciences**, v. 13, n. 1, p. 3-18, Feb., 2000.

LYOTARD, J. F. The postmodern condition: a report on knowledge. In: _____. The postmodern condition. Manchester University Press, 1984. Cap. 5.

MENEGHETTI, F. K. Pensamento crítico e teoria das organizações. In: ENANPAD, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2004.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, E. P. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. 4.reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PARKER, M. Critique in the name of what? Postmodernism and critical approaches to organization. **Organization Studies**, v. 16, n. 4, p. 553-565, Fall, 1995.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. 2.ed., Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: EdUnB, 1991. Volume I.

VIANA, W. C. A teoria de Popper-Jarvie em confronto com Habermas. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, v. 4, n. 2, p. 335-358, 2013.
<http://dx.doi.org/10.7443/problemata.v4i2.17436>.